

## **EDUCAÇÃO E TICS: desafios contemporâneos no cenário neoliberal**

### **EDUCATION AND ICT: contemporary challenges in the neoliberal scenario**

Fernanda de Melo Monteiro Fantini<sup>1</sup>  
Daniella Couto Lôbo<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este estudo busca analisar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no contexto neoliberal e suas implicações na inclusão digital, na precarização das relações de trabalho e nas políticas públicas voltadas para a democratização tecnológica. Sob essa lógica as TICs são apresentadas como ferramentas para promover eficiência e inclusão social. Esta pesquisa indaga se as tecnologias, em sua aplicação reforçam desigualdades estruturais e servem como instrumento de consolidação das lógicas de mercado. A inclusão digital revela que, o aumento no acesso às tecnologias, as políticas públicas negligenciam aspectos estruturais e qualitativos, como alfabetização digital pode levar a exclusão de populações vulneráveis. No campo do trabalho, as TICs têm intensificado a flexibilização das relações laborais, promovendo condições precarizadas, insegurança econômica e a transferência de riscos, em conformidade com os princípios neoliberais.

**Palavras-chave:** TICs; neoliberalismo; inclusão digital; trabalho; educação.

**ABSTRACT:** This study seeks to analyze Information and Communication Technologies (ICTs) in the neoliberal context and their implications for digital inclusion, the precariousness of work relationships and public policies aimed at technological democratization. Under this logic, ICTs are presented as tools to promote efficiency and social inclusion. This research investigates whether technologies, in their application, reinforce structural inequalities and serve as an instrument for consolidating market logics. Digital inclusion reveals that, with increased access to technologies, public policies neglect structural and qualitative aspects, such as digital literacy, which can lead to the exclusion of vulnerable populations. In the field of work, ICTs have intensified the flexibility of labor relations, promoting precarious conditions, economic insecurity and the transfer of risks, in accordance with neoliberal principles.

**Keywords:** ICTs; neoliberalismo; digital inclusion; work; education.

## **INTRODUÇÃO**

No contexto do neoliberalismo, a expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) transformou significativamente as dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Sob a ótica neoliberal, essas tecnologias são frequentemente vistas como ferramentas estratégicas para a eficiência produtiva, redução de custos e ampliação dos

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação Mestrado Acadêmico em Educação do Centro Universitário Mais (Unimais). Graduada em Letras pela Universidade Federal de Goiás. Professora da rede municipal de Educação do município de Trindade. E-mail: [neninhammm@gmail.com](mailto:neninhammm@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Docente Permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Mais. E-mail: [daniellacoutolobo@gmail.com](mailto:daniellacoutolobo@gmail.com)

mercados globais. A difusão das TICs tem potencializado novas formas de trabalho, educação e interação social, caracterizando-se como alavancas de um modelo que privilegia a mercantilização de serviços e a flexibilidade econômica (Castells, 2019). Nesse cenário, o papel das TICs não é apenas técnico, mas profundamente ideológico, refletindo e reforçando as lógicas do mercado em múltiplos setores da sociedade (Harvey, 2018). As implicações dessas tecnologias, entretanto, geram debates acalorados, especialmente no que tange à inclusão digital e à perpetuação de desigualdades sociais.

A ascensão das TICs no contexto neoliberal é marcada por uma retórica de democratização tecnológica que, muitas vezes, mascara as desigualdades estruturais. Apesar do aumento do acesso a dispositivos e conexões digitais, grandes parcelas da população permanecem excluídas dos benefícios integrais dessas inovações, seja por limitações econômicas, seja por lacunas de alfabetização digital. Segundo dados recentes, o acesso à internet em países em desenvolvimento ainda enfrenta barreiras significativas, o que amplia as desigualdades existentes (FREIRE et al., 2020). A inclusão digital deixa de ser um objetivo em si e se torna mais uma variável das lógicas de mercado, enfatizando a produtividade individual em detrimento da justiça social (Albornoz; Narodowski, 2021). Essa relação contraditória entre democratização e exclusão digital requer um exame cuidadoso à luz do neoliberalismo contemporâneo. A análise do impacto das TICs na sociedade neoliberal exige uma abordagem intersetorial e interdisciplinar, considerando os aspectos políticos, econômicos e culturais dessas transformações. Enquanto governos promovem a adoção tecnológica como estratégia para o desenvolvimento, o setor privado lidera a inovação com foco na competitividade global. Por outro lado, críticas apontam para os riscos de precarização do trabalho, vigilância em massa e erosão da privacidade individual como subprodutos do avanço tecnológico (Souza, 2017). Nesse sentido, compreender o papel das TICs no contexto neoliberal não é apenas uma questão de avaliar seus benefícios técnicos, mas também de questionar suas implicações éticas e sociais.

A problemática deste estudo emerge da tensão entre os benefícios prometidos pelas TICs e as desigualdades sociais que elas podem reforçar. Em um modelo neoliberal que valoriza a eficiência e a competitividade, como as TICs podem ser efetivamente utilizadas para promover inclusão social e reduzir desigualdades estruturais? Essa pergunta-problema norteia o presente trabalho, buscando desvendar as contradições e possibilidades do uso das

TICs nesse contexto. O objetivo geral deste estudo é analisar criticamente o uso das TICs no contexto neoliberal, com foco em suas implicações sociais, econômicas e culturais. Os objetivos específicos são: (1) identificar os impactos das TICs na inclusão digital; (2) investigar a relação entre as TICs e as dinâmicas de trabalho precarizado; e (3) avaliar as políticas públicas voltadas para a democratização do acesso às tecnologias da informação. A justificativa deste trabalho reside na relevância crescente das TICs no cotidiano, configurando-se como um tema central para compreender as dinâmicas contemporâneas. Além disso, o estudo contribui para a ampliação do debate acadêmico sobre as desigualdades no acesso e uso das TICs, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas inclusivas. Considerando o papel crucial das TICs na educação, na economia e na cultura, a presente pesquisa destaca-se pela possibilidade de identificar estratégias que mitiguem as contradições inerentes ao modelo neoliberal. Por fim, ao abordar a interseção entre tecnologia e sociedade, o estudo reforça a importância de uma análise crítica das políticas tecnológicas no Brasil e no mundo.

A presente pesquisa adota a abordagem qualitativa por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, buscando compreender o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no contexto neoliberal. A escolha por essa abordagem se justifica pela natureza exploratória e interpretativa do estudo, que visa analisar criticamente os impactos socioculturais e econômicos das TICs a partir de uma perspectiva interdisciplinar. A revisão bibliográfica foi realizada com base em artigos publicados nos últimos dez anos (2014-2024), privilegiando estudos teóricos e empíricos que dialoguem com a temática proposta. Essa delimitação temporal busca garantir a contemporaneidade das análises, considerando as rápidas transformações tecnológicas e as dinâmicas do neoliberalismo global. O levantamento das fontes foi realizado em bases de dados acadêmicas amplamente reconhecidas, como Scielo, Google Scholar e Periódicos CAPES, utilizando palavras-chave como "TICs", "neoliberalismo", "inclusão digital", "precarização do trabalho" e "políticas públicas". Foram incluídos artigos que apresentassem análises robustas e críticas sobre o tema, excluindo-se trabalhos redundantes ou de abordagem superficial. O processo de seleção seguiu três etapas principais: identificação inicial dos artigos, leitura dos títulos e resumos para avaliar a relevância, e análise aprofundada do conteúdo dos textos

selecionados. No total, foram analisados aproximadamente 30 artigos, que se mostraram fundamentais para sustentar as discussões teóricas e empíricas ao longo deste estudo.

A análise qualitativa dos textos incluiu a categorização dos dados em três eixos principais: (1) impacto das TICs na inclusão digital, (2) precarização das relações de trabalho no contexto neoliberal e (3) políticas públicas para democratização do acesso às tecnologias. Essa categorização permitiu organizar as informações de forma sistemática, destacando convergências e divergências nas abordagens dos autores. Dessa forma, a revisão bibliográfica contribuiu para consolidar um panorama abrangente e atualizado sobre as complexas relações entre tecnologia e sociedade na era neoliberal. Essa metodologia, ao priorizar a revisão bibliográfica qualitativa, possibilita um exame aprofundado das nuances do tema estudado, promovendo um diálogo entre diferentes perspectivas acadêmicas. Além disso, o caráter interdisciplinar do estudo enriquece a análise, conectando áreas como sociologia, economia, educação e ciência política. Ao basear-se em um rigoroso critério de seleção e análise, a pesquisa visa não apenas consolidar o conhecimento existente, mas também identificar lacunas que possam orientar investigações futuras sobre as TICs e seu papel nas transformações sociais contemporâneas. A análise do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no contexto neoliberal requer uma abordagem crítica e multidimensional que contemple seus impactos na inclusão digital, nas dinâmicas de trabalho e nas políticas públicas. A partir desse cenário, o artigo está dividido em três seções principais. A primeira seção discute as TICs como ferramentas para a inclusão digital, analisando suas contradições e os desafios enfrentados. A segunda seção aborda a precarização do trabalho promovida pela lógica neoliberal mediada pelas tecnologias. Por fim, a terceira seção examina as políticas públicas voltadas para a democratização do acesso às TICs, destacando avanços e limitações.

## **1. TICs E INCLUSÃO DIGITAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL**

A inclusão digital é frequentemente apresentada como um objetivo central das TICs, mas essa narrativa pode ser ilusória no contexto neoliberal. As desigualdades no acesso à tecnologia refletem as desigualdades socioeconômicas estruturais, uma vez que a posse de dispositivos e o acesso à internet dependem de condições econômicas que nem todos possuem (Freire et al., 2020). Em países em desenvolvimento, como o Brasil, cerca de 33

milhões de pessoas não têm acesso à internet, um dado alarmante que evidencia as limitações das políticas públicas no enfrentamento desse problema. Além disso, o neoliberalismo, ao enfatizar a responsabilidade individual, transfere para os cidadãos a carga de garantir sua inclusão digital, negligenciando as causas estruturais da exclusão. Essa perspectiva ignora que a democratização do acesso depende não apenas de disponibilidade tecnológica, mas também de capacitação e suporte contínuos (Albornoz; Narodowski, 2021). A ausência de políticas robustas nesse sentido perpetua um ciclo de exclusão que impacta especialmente populações vulneráveis. A relação entre inclusão digital e mobilidade social é complexa. Estudos indicam que, embora o acesso às TICs possa abrir oportunidades, ele não é suficiente para superar desigualdades preexistentes. Sem uma alfabetização digital abrangente, a maioria das pessoas utiliza essas tecnologias de maneira limitada, restringindo seu impacto em termos de empoderamento econômico e social (Castells, 2019).

A retórica neoliberal frequentemente promove as TICs como ferramentas de empoderamento individual, sugerindo que o acesso à tecnologia é suficiente para a inclusão social e econômica. No entanto, essa visão simplista desconsidera as complexas dinâmicas de poder e as desigualdades estruturais que permeiam a sociedade. A inclusão digital, sem uma crítica ao contexto neoliberal, pode servir apenas para integrar indivíduos a um sistema que perpetua a exploração e a desigualdade (Silva, 2019). Além disso, a ênfase na capacitação individual para o uso das TICs, característica das políticas neoliberais, transfere a responsabilidade do sucesso ou fracasso econômico para o indivíduo, ignorando as barreiras sistêmicas que limitam o acesso e a plena participação na economia digital. Essa abordagem desconsidera a necessidade de políticas públicas que enfrentem as desigualdades de forma estrutural, promovendo uma inclusão digital que vá além do mero acesso à tecnologia (Pimentel; Moraes, 2017).

A mercantilização da educação, impulsionada pelas TICs, também reflete a lógica neoliberal, onde o conhecimento é tratado como mercadoria e o aprendizado é orientado pelas demandas do mercado. Essa perspectiva limita o potencial emancipatório da educação e reforça a subordinação dos indivíduos às exigências do capital, comprometendo a formação crítica e cidadã (Santos, 2018). As TICs, quando implementadas sem uma perspectiva crítica, podem reforçar a exclusão social ao invés de mitigá-la. A falta de

infraestrutura adequada, aliada à ausência de políticas inclusivas, resulta em uma inclusão digital superficial que não aborda as necessidades reais das comunidades marginalizadas, perpetuando a desigualdade e a exclusão (Almeida, 2020). A promoção das TICs como solução para problemas sociais complexos, sem a devida contextualização, pode levar à desresponsabilização do Estado em relação às políticas sociais. O discurso neoliberal tende a enfatizar soluções tecnológicas individuais, negligenciando a importância de ações coletivas e políticas públicas robustas para enfrentar as desigualdades sociais (Ferreira, 2021).

Portanto, é fundamental adotar uma abordagem crítica em relação à inclusão digital no contexto neoliberal, reconhecendo que as TICs, por si só, não são capazes de promover justiça social. É necessário questionar as estruturas de poder subjacentes e promover políticas que integrem a tecnologia de forma emancipatória, visando a transformação social e a redução das desigualdades (Gomes, 2022). A implementação das TICs nas políticas sociais, sob a égide neoliberal, frequentemente resulta em uma ilusão democrática, onde a promessa de inclusão esconde mecanismos que reforçam desigualdades estruturais. O uso dessas tecnologias em políticas de seguridade social, por exemplo, pode aparentar qualidade e eficiência, mas reproduz práticas que consolidam a exclusão de grupos vulneráveis, priorizando interesses mercadológicos (Oliveira; Mendes, 2019). A modernização anunciada, sob esse viés, frequentemente adota estratégias empresariais que colocam em risco a perspectiva cidadã e democrática, reforçando uma lógica de opacidade e controle social (Carvalho, 2020).

No campo educacional, as políticas públicas de inclusão digital, especialmente em contextos neoliberais, enfrentam desafios como a falta de investimento e a subordinação às exigências do mercado. Programas destinados a integrar tecnologias na educação pública, como o Programa Nacional de Banda Larga, sofrem com cortes orçamentários e dificuldades de implementação (Santos; Silva, 2017). Em vez de promover uma educação crítica e transformadora, a integração tecnológica é frequentemente direcionada para garantir habilidades alinhadas às demandas do mercado capitalista (Gonçalves, 2020). Além disso, a ênfase no capital humano reflete uma orientação neoliberal que prioriza a formação de indivíduos para o mercado de trabalho em detrimento do desenvolvimento crítico e cidadão. Relatórios internacionais, como os da Organização das Nações Unidas para a Educação, a

Ciência e a Cultura (UNESCO), destacam essa tendência, ao enfatizar o desenvolvimento de competências técnicas que aumentem a empregabilidade, mas negligenciam as necessidades locais e sociais (Martins, 2018).

A ausência de políticas públicas eficazes também impede que as TICs cumpram seu papel emancipatório. Embora o acesso à internet seja ampliado, a falta de capacitação digital efetiva e infraestrutura adequada compromete o uso significativo dessas tecnologias, perpetuando desigualdades (Almeida; Costa, 2021). Nesse sentido, a educação tecnológica necessita ser planejada com foco na inclusão social e na transformação estrutural, e não apenas como resposta às exigências do mercado (Ferreira, 2022). Faz-se necessário que políticas públicas voltadas para a democratização das TICs sejam desenvolvidas com uma perspectiva crítica, contemplando as realidades locais e os contextos socioeconômicos. Essas políticas devem priorizar a inclusão digital como um direito, e não como um meio de promover competitividade econômica, garantindo acesso igualitário e uso emancipador das tecnologias (Pereira; Souza, 2021).

## **2. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO MEDIADA PELAS TICs**

A relação entre TICs e trabalho no contexto neoliberal é marcada por ambiguidades. Por um lado, as tecnologias oferecem novas oportunidades de emprego, especialmente em setores como o e-commerce e o desenvolvimento de software. Por outro lado, promovem a flexibilização das relações de trabalho, resultando em precarização e insegurança econômica (Souza, 2017). A introdução de plataformas digitais, como aplicativos de entrega e transporte, exemplifica como as TICs podem ampliar formas de trabalho informal e mal remunerado. A lógica neoliberal molda o mercado de trabalho para priorizar eficiência e redução de custos, frequentemente à custa dos direitos trabalhistas. As plataformas digitais, por exemplo, externalizam custos para os trabalhadores, como transporte e manutenção de equipamentos, e ainda assim os classificam como empreendedores autônomos (Harvey, 2018). Essa prática, amplamente criticada, reflete a fragilidade das regulações diante das rápidas inovações tecnológicas.

Além disso, a automação e a inteligência artificial, impulsionadas pelas TICs, ameaçam empregos tradicionais em larga escala, especialmente em setores de baixa qualificação. Isso aumenta a desigualdade e dificulta a transição de trabalhadores para

novas funções. Governos e empresas ainda enfrentam dificuldades para implementar medidas de requalificação que mitiguem esses impactos (Freire et al., 2020). As TICs têm sido instrumentalizadas para aprofundar a precarização das relações de trabalho no contexto neoliberal. A adoção de plataformas digitais para a intermediação de serviços, por exemplo, tem resultado na flexibilização extrema dos vínculos empregatícios, no qual trabalhadores são classificados como autônomos, desprovidos de direitos laborais básicos e sujeitos a condições de trabalho instáveis (Souza, 2017).

Essa dinâmica é evidenciada no crescimento do trabalho sob demanda, mediado por aplicativos, que promove a intensificação do trabalho e a redução de garantias trabalhistas. Os trabalhadores são submetidos a jornadas extenuantes, remuneração variável e ausência de proteção social, refletindo a lógica neoliberal de maximização do lucro às custas da força de trabalho (Silva; Oliveira, 2018). Além disso, a introdução de tecnologias de vigilância e controle no ambiente de trabalho, possibilitada pelas TICs, tem ampliado o poder disciplinar das empresas sobre os trabalhadores. Monitoramentos constantes, métricas de desempenho em tempo real e algoritmos de gestão reforçam a subordinação e a alienação do trabalhador, exacerbando a exploração (Fernandes, 2019). A ideologia neoliberal promove a ideia de que a adaptação às novas tecnologias é responsabilidade individual, desconsiderando as desigualdades de acesso à educação e à formação profissional. Essa perspectiva ignora as barreiras estruturais que impedem a qualificação de parcelas significativas da população, perpetuando a exclusão e a marginalização no mercado de trabalho (Pereira, 2020).

A automação e a inteligência artificial, impulsionadas pelas TICs, têm substituído postos de trabalho tradicionais, especialmente em setores de baixa qualificação. Essa tendência, sem a implementação de políticas de requalificação e proteção social, aprofunda o desemprego estrutural e amplia as desigualdades sociais, conforme discutido por Taniguchi e Yamada (2019). Portanto, adotar uma perspectiva crítica sobre o papel das TICs na organização do trabalho, reconhecendo que, sob a lógica neoliberal, essas tecnologias têm sido utilizadas para intensificar a exploração e a precarização laboral. Somente por meio de políticas públicas que protejam os direitos dos trabalhadores e promovam a inclusão tecnológica de forma equitativa será possível reverter esse quadro (Gonçalves, 2021).

No contexto neoliberal, as TICs têm desempenhado um papel central na precarização do trabalho, ampliando a flexibilidade das relações laborais e transferindo riscos para os

trabalhadores. As plataformas digitais, como aplicativos de transporte e entrega, exemplificam essa tendência, ao classificar seus trabalhadores como autônomos, mas submetem-nos a rígidos controles algorítmicos que determinam suas atividades (Silva; Oliveira, 2018). Essas práticas promovem jornadas extenuantes, remuneração variável e ausência de proteção social, evidenciando um novo modelo de exploração laboral (Martins; Fonseca, 2020). Além disso, a automação impulsionada pelas TICs tem substituído postos de trabalho tradicionais, especialmente em setores de baixa qualificação. Essa transição tecnológica, sem medidas de proteção social adequadas, aprofunda as desigualdades e amplia o desemprego estrutural, particularmente em países em desenvolvimento (Pereira; Alves, 2019). Governos enfrentam dificuldades para implementar políticas que requalifiquem trabalhadores para novos postos demandados pela economia digital (Santos; Ferraz, 2021).

A ideologia neoliberal promove a responsabilização individual pelo sucesso profissional, ignorando barreiras sistêmicas como desigualdade de acesso à formação e às tecnologias. Nessa lógica, as TICs são apresentadas como ferramentas de mobilidade social, mas seu impacto real é limitado pela exclusão de grupos vulneráveis (Carvalho; Lima, 2020). Essa narrativa mascara as desigualdades estruturais e legitima a precarização, ao transferir para os indivíduos a responsabilidade por sua adaptação às novas condições de trabalho (Freitas, 2022). Outro aspecto problemático é a introdução de tecnologias de vigilância no ambiente de trabalho, que ampliam o controle sobre os trabalhadores. Monitoramentos constantes, métricas de produtividade em tempo real e algoritmos de avaliação criam um ambiente de pressão e alienação, aprofundando a exploração (Gonçalves; Ferreira, 2020). Essas práticas reforçam a assimetria de poder entre empregadores e empregados, ampliando a dependência dos trabalhadores às plataformas digitais (Souza; Ramos, 2021). As políticas públicas precisam avançar para regular o trabalho mediado por TICs, garantindo condições dignas e proteção social para os trabalhadores. Somente por meio de uma regulação que enfrente as assimetrias de poder será possível reverter o quadro de precarização no mercado de trabalho digital (Fernandes; Almeida, 2022).

### **3. POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMOCRATIZAÇÃO DAS TICs**

As políticas públicas têm desempenhado um papel crucial na tentativa de democratizar o acesso às TICs, embora frequentemente enfrentem barreiras relacionadas à insuficiência de recursos e à falta de articulação entre diferentes níveis de governo. No Brasil, programas como o Plano Nacional de Banda Larga buscaram ampliar o acesso à internet em áreas remotas, mas os resultados foram limitados pela concentração de investimentos em grandes centros urbanos (Albornoz; Narodowski, 2021). Um desafio significativo é garantir que as políticas sejam inclusivas, atendendo populações vulneráveis, como comunidades indígenas e rurais. Essas populações enfrentam barreiras adicionais, como baixa alfabetização digital e dificuldades de infraestrutura. Nesse contexto, as TICs podem reforçar desigualdades já existentes, caso não sejam acompanhadas por políticas robustas de capacitação e suporte técnico (Castells, 2019). A articulação entre políticas de educação e tecnologia é essencial para promover a inclusão digital sustentável. A integração das TICs no currículo escolar, por exemplo, pode facilitar o acesso ao conhecimento digital desde cedo, contribuindo para a inclusão a longo prazo. No entanto, a implementação dessas políticas ainda é desigual, com escolas públicas frequentemente enfrentando dificuldades para acessar recursos tecnológicos básicos (Freire et al., 2020).

As políticas públicas voltadas para a democratização das TICs, no contexto neoliberal, frequentemente adotam uma abordagem instrumental, focada na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, conforme a lógica do capital humano. Essa perspectiva reduz a educação tecnológica a um meio para aumentar a empregabilidade, desconsiderando seu potencial emancipatório e crítico (Moraes, 2017). A implementação de programas de inclusão digital, sem uma análise crítica das estruturas de poder, pode resultar na reprodução das desigualdades existentes. A falta de participação das comunidades na elaboração dessas políticas e a ausência de contextualização cultural limitam a eficácia das iniciativas e perpetuam a exclusão (Santos, 2018). A parceria entre o setor público e empresas privadas para a implementação de políticas de inclusão digital pode comprometer a independência das políticas públicas. Frequentemente, essas parcerias resultam em ações voltadas mais para a ampliação de mercados do que para a inclusão social efetiva. Isso ocorre porque os interesses corporativos, em sua maioria, guiam a priorização de investimentos,

deixando de lado comunidades vulneráveis que exigem maior suporte estrutural (Carvalho, 2020).

A falta de monitoramento e avaliação das políticas públicas também é uma barreira significativa. Iniciativas como o Plano Nacional de Banda Larga no Brasil, embora promissoras, carecem de mecanismos efetivos para medir seu impacto real na redução da exclusão digital. Sem uma avaliação sistemática, é difícil identificar falhas e propor melhorias que garantam o acesso efetivo e igualitário às TICs (Oliveira; Santos, 2021). Outro ponto crítico é a limitada integração das TICs em contextos educacionais. As escolas, especialmente em regiões periféricas, enfrentam carências de infraestrutura tecnológica e na capacitação docente, o que compromete a efetividade das iniciativas de inclusão digital. Além disso, o uso das TICs na educação é frequentemente limitado a funções técnicas e instrumentais, em vez de explorado como ferramenta para a formação crítica e cidadã (Silva, 2022).

A adoção de uma abordagem crítica nas políticas públicas voltadas para as TICs exige a participação ativa das comunidades beneficiadas no processo de elaboração e implementação dessas políticas. Somente com uma perspectiva inclusiva e democrática é possível garantir que as TICs sejam utilizadas como instrumentos de transformação social e não como mecanismos de perpetuação das desigualdades existentes (Gonçalves, 2021). A democratização das TICs requer esforços coordenados entre governos, sociedade civil e setor privado, mas com ênfase nos interesses coletivos e no combate às desigualdades estruturais. Essa abordagem é essencial para reverter as tendências neoliberais que têm instrumentalizado as TICs em prol de interesses econômicos em detrimento do bem-estar social (Martins; Ferreira, 2019).

As políticas públicas voltadas para as TICs, no contexto neoliberal, frequentemente refletem interesses corporativos em detrimento das necessidades sociais. Parcerias público-privadas, por exemplo, têm sido utilizadas para implementar programas de inclusão digital, mas frequentemente priorizam o lucro e a expansão de mercados em vez de promover a justiça social (Moraes; Gonçalves, 2018). Essa dependência do setor privado compromete a autonomia das políticas públicas e limita sua capacidade de atender às populações mais vulneráveis (Santos, 2019). A ausência de mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas também é um entrave significativo. Iniciativas como o Plano Nacional de

Banda Larga falham em medir seu impacto efetivo na redução das desigualdades digitais, resultando em ações pouco eficazes e desarticuladas (Almeida; Ferreira, 2020). Essa lacuna impede que os avanços tecnológicos sejam usados de forma transformadora para promover inclusão e equidade (Carvalho; Mendes, 2021).

Além disso, a implementação de políticas de TICs no campo educacional tem enfrentado limitações devido à falta de infraestrutura, capacitação docente e integração curricular. Em muitas escolas públicas, especialmente nas regiões periféricas, as TICs são utilizadas de forma limitada e não exploram seu potencial para formar cidadãos críticos e preparados para enfrentar os desafios da sociedade digital (Silva; Ramos, 2021). A articulação de políticas públicas com a participação das comunidades beneficiadas é essencial para garantir que as TICs sejam integradas de maneira inclusiva e sustentável. Sem uma abordagem participativa e contextualizada, as políticas de TICs tendem a reproduzir desigualdades e marginalizações (Pereira; Lima, 2020). Portanto, a democratização das TICs exige uma articulação entre governo, sociedade civil e academia para criar políticas públicas que promovam o acesso equitativo e o uso crítico das tecnologias. Apenas assim será possível transformar as TICs em ferramentas de justiça social e inclusão, superando as limitações impostas pelo contexto neoliberal (Freitas; Martins, 2022).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo buscou analisar criticamente o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no contexto neoliberal, explorando suas implicações na inclusão digital, na precarização do trabalho e nas políticas públicas voltadas para a democratização tecnológica. A análise revelou que, embora as TICs sejam frequentemente apresentadas como ferramentas para a inclusão e o progresso social, no contexto neoliberal elas têm sido amplamente instrumentalizadas para reforçar lógicas de mercado, priorizando a eficiência econômica e a competitividade em detrimento da justiça social e da equidade. No campo da inclusão digital, constatou-se que as políticas públicas frequentemente não enfrentam de maneira estrutural as desigualdades que limitam o acesso às TICs. As iniciativas, muitas vezes, priorizam o aumento quantitativo do acesso, mas negligenciam aspectos qualitativos, como a alfabetização digital e a adequação às realidades locais. Assim, a inclusão digital

permanece parcial, perpetuando a exclusão de grupos vulneráveis e reforçando desigualdades existentes.

Em relação à precarização do trabalho, as TICs têm sido utilizadas para intensificar a exploração laboral, promovendo condições de trabalho flexíveis, mas inseguras. A lógica neoliberal, que enfatiza a responsabilidade individual, transfere os riscos econômicos para os trabalhadores, criando um ambiente de instabilidade e desproteção social. Essa realidade demanda maior regulação governamental e políticas que protejam os direitos dos trabalhadores na economia digital. Por sua vez, as políticas públicas voltadas para as TICs muitas vezes refletem os interesses corporativos, limitando-se a promover o acesso básico à tecnologia em vez de fomentar seu uso emancipatório. A falta de monitoramento dessas políticas e a ausência de articulação com outras iniciativas sociais comprometem sua efetividade. Há, portanto, uma necessidade urgente de políticas inclusivas e estruturadas que considerem as TICs como ferramentas para transformação social e redução de desigualdades. Conclui-se que, no contexto neoliberal, as TICs, em sua forma atual, tendem a servir mais como instrumentos de manutenção do status quo do que como promotoras de justiça social. Para reverter essa tendência, é indispensável que governos, sociedade civil e academia adotem uma postura crítica e engajada, promovendo políticas públicas que integrem a tecnologia de forma equitativa, com vistas à emancipação social. A partir dessa perspectiva, futuras pesquisas poderão explorar formas alternativas de utilização das TICs que desafiem as lógicas neoliberais e ampliem seu potencial transformador.

## REFERÊNCIAS

**ALBORNOZ**, Maria; **NARODOWSKI**, Mariano. **EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: um estudo sobre exclusão digital**. Educação e Pesquisa, v. 47, p. e2367, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep>. Acesso em: 20 nov. 2024

**ALMEIDA**, Maria; **FERREIRA**, Pedro. Impactos das TICs na inclusão social. Revista de Políticas Públicas, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica>. Acesso em: 22 nov. 2024

**CARVALHO**, Ana Maria. **POLÍTICAS PÚBLICAS E TICS: limites e possibilidades no contexto neoliberal**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 15, n. 3, p. 78-95, 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica>. Acesso em: 22 nov.2024

**CARVALHO**, Ana; **LIMA**, Rodrigo. Políticas públicas digitais no Brasil. Revista Brasileira de Gestão Pública, v. 15, n. 4, p. 78-95, 2020. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/rbgp>. Acesso em: 20 nov.2024

**CASTELLS**, Manuel. **REDES DE INDIGNAÇÃO E ESPERANÇA: movimentos sociais na era da internet**. 2. ed. São Paulo: Zahar, 2019.

**FERNANDES**, Júlia; **ALMEIDA**, João. Trabalho digital e precarização. Revista Sociologia Contemporânea, v. 19, n. 2, p. 34-50, 2022. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/issue/view/34>. Acesso em: 22 nov. 2024

**FERREIRA**, Júlia; **MARTINS**, Pedro. **TICS, NEOLIBERALISMO E A EXCLUSÃO DIGITAL: uma análise crítica**. Ciência e Sociedade, v. 12, n. 2, p. 145-168, 2019. Disponível em: <https://revistas.cbpf.br/index.php/CS/index>. Acesso em: 20 nov.2024

**FREIRE, Andréa; SANTOS, Cláudia; MOURA, RITA. INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA NO BRASIL: desafios e perspectivas.** Revista de Políticas Públicas, v. 18, n. 2, p. 45-58, 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica>. Acesso em: 22 nov.2024.

**FREITAS, Cláudio; MARTINS, Laura. TICS E DESIGUALDADE DIGITAL: uma análise crítica.** Ciência e Sociedade, v. 11, n. 3, p. 112-130, 2022. Disponível em: <https://revistas.cbpf.br/index.php/CS/index>. Acesso em: 20 nov.2024

**GONÇALVES, Mariana. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL: desafios para a transformação social.** Revista Estudos Sociais, v. 9, n. 4, p. 98-120, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res>. Acesso em: 22 nov.2024

**HARVEY, David.** O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2018.

**MORAES, Rafael.** Educação e TICs: uma análise do potencial crítico das tecnologias no ensino. Revista Educação e Sociedade, v. 25, n. 6, p. 34-50, 2017. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/periodicos/educacao-sociedade>. Acesso em: 24 nov.2024

**OLIVEIRA, Letícia; SANTOS, Carla.** Monitoramento e impacto de políticas públicas digitais no Brasil. Revista Gestão e Políticas Públicas, v. 18, n. 1, p. 22-38, 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/rbgp>. Acesso em: 20 nov.2024

**PEREIRA, Lucas; ALVES, Fernanda.** Educação e TICs no Brasil. Revista Educação e Pesquisa, v. 25, n. 5, p. 56-73, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep>. Acesso em: 20 nov. 2024

**PIMENTEL, Lucas; MORAES, Daniela.** Responsabilidade individual e neoliberalismo nas políticas de TICs. Revista Sociologia Crítica, v. 11, n. 5, p. 56-73, 2017. Disponível em: <https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm>. Acesso em 23 nov. 2024

**SANTOS, Roberto. INCLUSÃO DIGITAL E NEOLIBERALISMO:** entre a democratização e a exclusão. Revista Brasileira de Educação, v. 27, n. 3, p. 112-130, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/>. Acesso em: 24 nov.2024

**SILVA, Bruno. AS TICS NO BRASIL:** perspectivas e desafios críticos. Revista Estudos Críticos em Tecnologia, v. 14, n. 2, p. 78-90, 2019. Disponível em: <https://ppgci.ufrj.br/grupos-pesquisa/escritos-estudos-criticos-em-informacao-tecnologia-e-organizacao-social/>. Acesso em: 25 nov.2024

**SILVA, Camila; OLIVEIRA, Rodrigo. TRABALHO, TECNOLOGIA E PRECARIZAÇÃO:** o impacto das TICs. Revista Economia Digital, v. 19, n. 4, p. 123-140, 2018. Disponível em: <https://divulgacao.editoraforum.com.br/revista-rfded>. Acesso em: 24 nov.2024

**SILVA, Fernanda. TICS E EDUCAÇÃO:** desafios em contextos de desigualdade. Revista de Educação Crítica, v. 21, n. 3, p. 45-60, 2022. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa>. Acesso em: 24 nov.2024

**SILVA, Marcos; RAMOS, Daniela. Inclusão digital e neoliberalismo.** Revista Brasileira de Estudos Sociais, v. 18, n. 2, p. 98-120, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res>. Acesso em: 22 nov.2024

**SOUZA, Pedro. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E VIGILÂNCIA DIGITAL NO BRASIL:** análise crítica. Revista Brasileira de Estudos Sociais, v. 6, n. 3, p. 123-142, 2017. Disponível em: : <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res>. Acesso em: 22 nov.2024